

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/08/2015 a 31/08/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>MST invade sede do Ministério da Fazenda em Brasília.</b> Fábio Monteiro – Folha de São Paulo, Poder. 03/08/2015 .....	3
<b>Incra/GO realiza consulta pública para compra de área a ser transformada em assentamento</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2015 .....	3
<b>Incra entrega relatório de identificação e delimitação à comunidade quilombola São José do Mata Fome no Amapá</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2015.....	4
<b>Governo Federal já assentou 10 mil famílias em 2015</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/08/2015 .....	5
<b>Pataxós são donos de área na Bahia onde há pousadas de luxo, diz Funai.</b> Mário Bittecourt – Folha de São Paulo, Poder. 06/08/2015.....	5
<b>Incra beneficia 140 famílias com criação de três assentamentos na Bahia</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2015 .....	6
<b>Incra delimita área da Comunidade Quilombola Cariongo (MA)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2015.....	7
<b>Incra realiza capacitação sobre as novas regras para obtenção de terras para reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2015 .....	8
<b>Governo do Tocantins reforça parceria com MDA/Incra para fortalecer agricultura familiar</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015 .....	9
<b>Governo inicia cadastramento de imóveis rurais</b> – Folha de São Paulo, Mercado. 19/08/2015 .....	10
<b>Crônica da morte perpétua no campo.</b> Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Movimentos Sociais. 28/08/2015 .....	11
<b>Artigo: Reestruturação do Incra e política de Estado</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/08/2015 .....	14
<b>Incra recebe posse do 1º território quilombola em Goiás</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/08/2015 .....	16

## **MST invade sede do Ministério da Fazenda em Brasília. Fábio Monteiro – Folha de São Paulo, Poder. 03/08/2015**

Cerca de 2.000 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) invadiram nesta segunda-feira (3) a sede do Ministério da Fazenda, em Brasília. Eles reivindicam que o governo reveja os cortes do orçamento que afetam ações de reforma agrária.

Eles chegaram ao edifício por volta de 5h30 da manhã. No final da tarde os manifestantes fizeram um acordo e desocuparam o prédio, mas vão permanecer acampados nas portarias e no gramado frontal do ministério. A expectativa é que o governo tenha uma reunião com o grupo nesta terça (4), às 9h30.

O MST fez protestos em todo o país. Eles invadiram representações da autarquia em dez capitais brasileiras. Além de prédios do governo, o movimento ocupou terras e o bloqueou rodovias e ferrovias em 18 estados.

O movimento alega que o governo cortou quase pela metade (de R\$ 3,5 bilhões para R\$1,8 bilhão) o volume de recursos para ações de reforma agrária.

"A reforma está completamente parada no país. Temos famílias que estão sofrendo há 10 anos em assentamentos, sem nenhuma estrutura", disse Kelli Manfort, da coordenação nacional do MST.

Além de avanços na reforma agrária, a invasão também funciona como uma crítica à política econômica da presidente Dilma Rousseff.

"A nosso ver, essa política econômica é equivocada. Estamos lutando contra a essência dela. A crise não deve ser paga pelos trabalhadores", afirmou Manfort.

O MST afirma que o governo erra ao priorizar grandes empresas e produtores em detrimento dos trabalhadores do setor agrícola.

Segundo representantes do movimento, enquanto são feitos cortes em áreas sociais diversas, o setor do agronegócio teve aumento de 20% nos recursos disponibilizados pelo Plano Safra.

### *AGENDA*

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, passou a manhã inteira no Palácio do Planalto, em reunião de coordenação política. O paradeiro dele não foi informado por sua assessoria de imprensa pois há o receio de que os manifestantes possam deslocar o protesto para onde estiver o ministro.

Na agenda oficial, além do encontro de coordenação, Levy deve participar de reunião com lideranças parlamentares e partidárias, no Palácio da Alvorada.

---

**Incra/GO realiza consulta pública para compra de área a ser transformada em assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2015**

Para dar transparência ao processo de compra da fazenda Bacuri, no município de Goiás, a Superintendência Regional do Incra no Estado realiza, no próximo dia 6 de agosto, audiência pública com participação dos representantes do dono do imóvel, de movimentos sociais e entidades ligadas às atividades de reforma agrária. A audiência será às 10h, na Câmara Municipal da Cidade de Goiás, distante 170 quilômetros da capital, Goiânia.

Durante a audiência, o superintendente do Instituto, Jorge Tadeu Jatobá Correia, fará a apresentação dos dados oficiais da fazenda - registrada no Incra com 1.594 hectares -, e explicará o rito do processo de aquisição, que terá como regramento o Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992.

O relatório agrônomo sobre as terras da fazenda Bacuri informa que a área é viável para bovinocultura mista (leite e carne); criação de animais de pequeno porte, principalmente aves para fornecimento de carne e ovos; piscicultura; apiários, além de hortaliças, plantação de mandioca, milho e pomares.

O município de Goiás abriga a primeira capital do Estado, fundada no ciclo da mineração e tombada como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. O relatório agrônomo cita essa peculiaridade do local e frisa que, por ser turístico e de declarada riqueza cultural e histórica, há presença de visitantes durante todo o ano, o que propicia mercado consumidor constante para os produtos da reforma agrária.

#### *Processo de aquisição*

Diferentemente da desapropriação, o processo de compra é consensual e sem demandas judiciais. A compra é um processo utilizado pelo Incra quando não há imóveis passíveis de desapropriação na região ou para resolver conflitos iminentes.

As áreas são ofertadas pelo proprietário ou o Incra faz uma proposta. A autarquia realiza a avaliação das áreas com base no mercado de terras da região. A terra nua é paga em títulos do Governo Federal e as benfeitorias, em dinheiro.

Antes da consulta pública, o corpo técnico do Incra vistoria o local e verifica se a propriedade tem boas condições para desenvolvimento de agricultura familiar ou pecuária. Só com a comprovação da utilidade da terra é que se convoca a audiência.

#### **Incra entrega relatório de identificação e delimitação à comunidade quilombola São José do Mata Fome no Amapá – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2015**

Uma equipe da Superintendência Regional do Incra no Amapá foi à comunidade remanescente de quilombo "São José do Mata Fome", localizada no município de Macapá, para entregar oficialmente a seus moradores o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que é documento produzido por equipe multidisciplinar do Instituto com um estudo da área.

O documento já foi aprovado pelo Comitê de Decisão Regional e publicado no Diário Oficial da União, de 29 de julho de 2015, no qual consta que o Incra torna público que tramita na Superintendência no Amapá o processo administrativo que trata da

regularização fundiária das terras ocupadas pelos remanescentes da Comunidade Quilombola denominada "Comunidade São José do Mata Fome".

A equipe do Incra/AP era chefiada pela superintendente Maria Assunção Giusti de Almeida e esteve na comunidade no dia 2 de agosto de 2015, quando reuniu-se com moradores e lideranças do quilombo. “Falamos à comunidade da importância de regularizar essas áreas, garantido o direito do legítimo dono que são os quilombolas. Além desta, estaremos dando prioridade em regularizar as demais áreas que estão com processos em tramitação da Superintendência do Amapá”, disse a superintendente.

---

### **Governo Federal já assentou 10 mil famílias em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/08/2015**

Cerca de 10 mil famílias já foram assentadas pelo Governo Federal neste ano. O número foi apresentado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, e pela presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcón, em audiência com representantes do Movimento Sem Terra (MST). Durante o encontro, realizado terça-feira (4), na sede do ministério, em Brasília, o ministro reforçou o compromisso de assentar mais 40 mil famílias até o final de 2015.

O objetivo da reunião foi apresentar as estratégias do MDA para atingir a meta de assentar, até 2018, 129 mil famílias acampadas no país. Uma delas é encaminhar 205 decretos de desapropriação de terras à presidenta Dilma Rousseff.

“Muitos dizem que somente a terra não é suficiente. Também compartilho desse pensamento, mas destaco que a terra é fundamental, é o primeiro passo. Se temos a terra, temos condições de ofertar a infraestrutura necessária para assegurar produtividade e qualidade de vida aos assentados da reforma agrária”, destacou Ananias.

Para a presidente do Incra, a participação dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas é fundamental, pois garante que governo e sociedade compartilhem prioridades. “Esse foi um encontro importante e a presença do MST só enriqueceu esse momento. O diálogo é um instrumento muito eficaz para realização da reforma agrária”, afirmou.

De acordo com o coordenador nacional do MST, Alexandre Conceição, a reunião faz parte de uma série de ações previstas na Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, que prevê a realização de marchas, ocupações e reivindicações em vários estados brasileiros. “Nosso objetivo é contribuir para a implementação de políticas que atendam as reivindicações dos movimentos que lutam por direito à terra. Saímos deste encontro bastante satisfeitos e confiantes de que o ministro Patrus tem a sensibilidade necessária para cumprir a meta de assentar todas as famílias que hoje vivem acampadas”, concluiu.

---

### **Pataxós são donos de área na Bahia onde há pousadas de luxo, diz Funai. Mário Bittecourt – Folha de São Paulo, Poder. 06/08/2015**

Uma faixa litorânea no sul da Bahia, onde há pousadas de luxo, fazendas e praias intocadas, poderá ter um novo dono nos próximos meses: os índios pataxós.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) delimitou como território indígena pataxó uma área de mais de 28 mil hectares (equivalente a 20% do município de São Paulo), onde há 78 propriedades. Informações sobre os limites do território foram publicadas na semana passada no "Diário Oficial" da União.

A nova área indígena, denominada Comexatibá, está localizada nos arredores do balneário de Cumuruxatiba, vila de pescadores no município de Prado (a 794 km de Salvador), que desponta como destino turístico no Estado.

Um dos principais empreendimentos da região é o Tauana Hotel, projetado por uma arquiteta portuguesa que investiu há dez anos R\$ 5 milhões no local. A diária já chegou a custar R\$ 1.800, mas hoje a hospedagem está restrita a convidados dos proprietários.

Os empreendimentos da região oferecem estrutura como "cabanas" de 130 metros quadrados próximas ao mar, piscinas, bibliotecas e salas de ginástica próprias.

O dono da Pousada Rio do Peixe, Luiz Polaco, que investiu R\$ 3,5 milhões no negócio, diz que já contratou um antropólogo para fazer a contestação da delimitação. "Temos como provar a cadeia sucessória das posses dos terrenos, que têm mais de 100 anos", afirma.

O sul da Bahia vive há anos um clima de tensão devido à disputa agrária, com invasões de terra por indígenas e acusações sobre ações de pistoleiros contra os índios. Em julho, a Justiça Federal determinou a reintegração de posse de duas fazendas na região –outras 12 estão invadidas pelos índios.

O gerente do Tauana Hotel, Jacob Ferreira, diz que há a delimitação deixou a todos apreensivos. "Os índios já invadiram várias fazendas ao redor do hotel. Nunca entraram aqui, onde quase a metade dos 25 funcionários é indígena."

---

### **Incra beneficia 140 famílias com criação de três assentamentos na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2015**

O Estado da Bahia passou a contar com três novos assentamentos da reforma agrária. As áreas, que somam 3,3 mil hectares, têm capacidade para receber 140 famílias de trabalhadores rurais. As portarias de criação foram publicadas na quarta-feira (5), no Diário Oficial da União ([clique aqui para acessá-las](#)).

Com os novos projetos, a Bahia chega ao sétimo assentamento criado em 2015, beneficiando 424 famílias, num total de 8,1 mil hectares de terras.

De acordo com o superintendente regional do Incra, Gugé Fernandes, o resultado alcançado é oriundo de esforços da autarquia para assentar o maior número possível de famílias no estado. "Temos ainda dez áreas a serem ajuizadas, na expectativa de que a Justiça conceda a imissão na posse para que possamos criar novos assentamentos e atender mais 305 famílias", frisa

*Obtenção*

Dois dos assentamentos foram constituídos por meio de desapropriação de imóveis. Um deles é a Fazenda Barra, no município de Sento Sé, no Sertão do São Francisco, com capacidade mínima para assentar 35 famílias, em 1,6 mil hectares.

A outra área de reforma agrária obtida foi Águas Claras, localizada no município de São Desidério, no Oeste. O projeto atenderá, no mínimo, 24 famílias em 998,5 hectares de terras.

Já o assentamento Fazenda Valle, situado no município de Sobradinho, no Sertão do São Francisco, é oriundo de um imóvel rural doado ao Incra pela prefeitura. Serão beneficiadas 81 famílias de trabalhadores rurais em 714 hectares.

A doação faz parte de um acordo firmado em 2008 para a desocupação do Projeto Salitre, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e o Parnaíba (Codevasf). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deixou a área após extensa agenda de negociações.

#### *CADÚnico*

As famílias a serem assentadas receberão orientação para se inscreverem no CADÚnico das prefeituras onde os assentamentos estão inseridos. Deste modo, poderão integrar o Programa Brasil Sem Miséria, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Na próxima semana, técnicos do Incra começam a se deslocar para as áreas a fim de cadastrar as famílias e verificar o cumprimento dos requisitos para integrar o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O assentamento Águas Claras, em São Desidério, será o primeiro a receber a equipe da autarquia.

---

#### **Incra delimita área da Comunidade Quilombola Cariongo (MA) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2015**

A Comunidade Quilombola Cariongo, localizada no município maranhense de Santa Rita, comemorou, esta semana, a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território onde vive. O documento aponta uma área de 559,4 hectares como terras da comunidade, composta por 70 famílias.

Esta ação faz parte de um compromisso firmado pelo Incra no Maranhão (Incra/MA), no mês de junho deste ano, com entidades quilombolas e o Ministério Público Federal (MPF).

O RTID é um conjunto de documentos que aborda a história de formação e ocupação do território, considerando a ancestralidade, a tradição e a organização socioeconômica. Trata-se da fase mais complexa do processo de regularização fundiária de uma comunidade quilombola.

Concluído e aprovado pelo Conselho de Decisão Regional do Incra/MA, o RTID foi publicado na terça-feira (4) no Diário Oficial da União e nesta sexta-feira (7) no Diário Oficial do Estado. Os estudos apresentados concluíram que o quilombo atende os requisitos para a titulação coletiva do território.

#### *Próximos passos*

Com a publicação do RTID, os ocupantes não quilombolas que estão na área serão notificados e terão prazo de 90 dias para contestação do relatório. Após esta etapa, é publicada a Portaria de Reconhecimento do Território, seguida de decreto presidencial autorizando o Incra a desapropriar as áreas necessárias, que serão imitidas na posse da autarquia para posterior titulação em nome da comunidade.

### *Histórico*

O povoado Vila Cariongo surgiu no início do século XIX, tal como fundamentam os trabalhos etnográficos realizados pelo Incra/MA. A origem da comunidade quilombola se confunde com a história de Sebastião de Souza Lima, que teria recebido o apelido de Cariongo, com o qual se identificou e veio a denominar seu próprio grupo familiar. Ele é lembrado como o primeiro morador do lugar.

O RTID engloba as terras que vêm sendo tradicionalmente ocupadas e utilizadas para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural da comunidade Cariongo.

---

### **Incra realiza capacitação sobre as novas regras para obtenção de terras para reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 07/08/2015**

O Incra reuniu, em Brasília (DF), 80 servidores da autarquia para tratar das mudanças que vigoram a partir da Instrução Normativa (IN) nº 83/2015, publicada dia 6 de agosto no Diário Oficial da União. Superintendentes, procuradores e diretores de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento discutiram a importância das novas regras, que dentre outras medidas visam facilitar o processo de obtenção de imóveis rurais para reforma agrária. O encontro aconteceu na sede da autarquia, nos dias 6 e 7 deste mês.

A presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, comenta que a nova instrução faz parte do processo de modernização e gestão estratégica da instituição, que visa o aprimoramento de procedimentos e normativos. Ela destaca também a importância do Estudo da Capacidade de Geração de Renda Regional (ECGR), que subsidiará a obtenção de terras para assegurar a implantação de novos assentamentos inseridos na dinâmica territorial de cadeias de consumo, de produção e de acessos a serviços no qual o imóvel está localizado.

Para Júnior Divino Fideles, chefe da Procuradoria Federal Especializada, a instrução acelera o rito administrativo, assegurando celeridade no processo de obtenção de áreas para reforma agrária. “A norma traz inovações importantes e abre possibilidade para o Incra resolver os procedimentos administrativos sem judicialização”.

De acordo com o coordenador Geral de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, Robson Fonzar, a capacitação teve o intuito de dirimir dúvidas dos participantes e mostrar quais são as melhorias provenientes da nova instrução. Para o coordenador, a partir da capacitação, técnicos e gestores das regionais vão replicar de maneira precisa as modificações.

Robson afirma que os servidores terão mais facilidades, pois com a medida haverá redução de processos jurídicos. Caso o imóvel seja improdutivo, a exemplo, o Incra



poderá comunicar o seu dono e posteriormente fazer acordo, sem qualquer necessidade de levar o processo à Justiça. “Nós entramos em acordo diretamente com o proprietário, evitando ir para o poder judiciário. Isto possibilita obtermos a terra em tempo menor”, informa o coordenador.

Na fase antiga, seria necessário haver decreto, avaliação do imóvel, emissão de Título da Dívida Agrária (TDA), além de outros procedimentos acrescidos de processos jurídicos, o que trazia morosidade ao processo de obtenção de imóveis. Para o superintendente de Sergipe, André Luiz Bomfim Ferreira, o fluxo de obtenção voltará a ter a celeridade que tinha no passado, com o acréscimo de uma função importante que é a de atuar também na fiscalização trabalhista.

André Ferreira ressalta ainda que a medida é positiva, pois além de acelerar o processo de aquisição de imóveis, tem menos encargos aos cofres públicos. “De maneira imediata, assim que saírem os títulos da dívida agrária, podemos passar, administrativamente, aquele imóvel ao Incra e isso vai reduzir também muito os nossos custos, evitando essas lides judiciais que muitas vezes condenam o Incra a indenizações”.

Vale citar que nem sempre os processos judiciais para obtenção de terras serão evitados. Em casos nos quais o proprietário discordar da produtividade que o Incra venha classificar, ou ainda dos valores definidos, os processos judiciais continuarão.

---

### **Governo do Tocantins reforça parceria com MDA/Incra para fortalecer agricultura familiar – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/08/2015**

O governador do Tocantins, Marcelo Miranda, assumiu compromisso de apoiar projetos para beneficiar a agricultura familiar e promover a regularização fundiária no estado durante audiência com representantes do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O encontro ocorreu no dia 19 de agosto, na sede do executivo estadual, em Palmas.

Para o governador é fundamental investir e dar condições de trabalho aos agricultores familiares. “Precisamos desenvolver projetos que atendam efetivamente esse público. O governo está à disposição para trabalhar junto e colocar projetos em prática”, disse.

O superintendente do Incra no Tocantins, Edvaldo Soares Oliveira, afirmou que a parceria é fundamental para assegurar investimentos e benefícios para os agricultores tocaninenses nas áreas de infraestrutura, assistência técnica, produção, abastecimento e saneamento rural. “A cooperação dos entes governamentais é imprescindível para estimular o desenvolvimento dos assentamentos.”

De acordo com o delegado federal do Desenvolvimento Agrário no Tocantins, Sílvio Ney Barros Monteiro, o apoio do executivo estadual é importante para garantir a execução das políticas públicas do MDA. “Isoladamente não beneficiaremos o público de nossas ações e por isso é necessário trabalhar em parceria para o desenvolvimento do meio rural”, comentou.

A regularização fundiária de posses urbanas e rurais foi outro tema discutido na audiência. Para o coordenador estadual de regularização fundiária do MDA, Geylson Galvão Sales, é preciso avançar na titulação das terras federais e estaduais para combater a grilagem de terras e conflitos fundiários no campo. “O Programa Terra Legal deseja retomar a discussão com o governo do Tocantins para ampliarmos a titulação dessas áreas”, explicou.

Segundo o presidente do Instituto de Terras do Tocantins (Itertins), Júlio César Machado, o encontro sela um pacto de trabalho e de interesse comum. “Agora vamos fazer uma agenda permanente para que cada órgão, no âmbito das suas atribuições, possa discutir projetos comuns e contribuir com o desenvolvimento do estado”, destacou.

Novo encontro será realizado com a participação de representantes da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário, Incra, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), Itertins, Programa Terra Legal e Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagro) para construir uma pauta de ações e projetos para a agricultura familiar.

---

### **Governo inicia cadastramento de imóveis rurais – Folha de São Paulo, Mercado. 19/08/2015**

A Receita Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) iniciaram nesta semana a integração das bases de dados tributária e fundiária das propriedades e posses no país, passo fundamental para a implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Ao apresentar a declaração do Imposto Territorial Rural (DITR) do exercício de 2015, que deve ser entregue até 30 de setembro próximo, os proprietários e possuidores de áreas rurais serão comunicados do prazo e da obrigatoriedade de atualizar o cadastro de sua propriedade ou posse e de vincular o código do imóvel do Incra com o correspondente na Receita para a integração cadastral.

Cada titular de imóvel rural (pessoa física ou empresa) deve atualizar os dados de sua propriedade ou posse por meio da Declaração para Cadastro Rural (DCR), disponível no site [www.cadastrorural.gov.br](http://www.cadastrorural.gov.br).

A declaração permite alterar os dados dos imóveis que constam no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra. O usuário sem acesso à internet deve procurar a rede de atendimento do Instituto: sedes das superintendências regionais nas capitais, unidades avançadas, unidades municipais de cadastramento e salas da cidadania em diversos municípios. Se o imóvel não estiver cadastrado no SNCR, é necessário providenciar o cadastramento em uma unidade da rede Incra.

Ao preencher a Declaração para Cadastro Rural é necessário informar o número do imóvel na Receita, na aba "Vincular Nirf", para assegurar a vinculação dos códigos dos dois órgãos e a integração dos dados. Quem atualizou os dados cadastrais no Incra antes de 3 de agosto deve acessar a declaração para fazer a vinculação sem necessidade de

envio de documentação comprobatória, desde que não tenham ocorrido novas alterações.

Os dados atualizados e os códigos vinculados vão constituir a base do CNIR, que terá um núcleo estrutural e informações específicas produzidas e gerenciadas pelas instituições participantes.

### *PRAZOS*

Foram estabelecidos prazos para a realização da atualização cadastral e da vinculação dos códigos conforme a área total do imóvel rural. A obrigatoriedade começa para as áreas acima de mil hectares.

A vinculação está dispensada para imóvel cadastrado no SNCR com área total inserida no perímetro urbano do município e para imóvel onde não é desenvolvida atividade rural conforme informado na declaração do ITR do exercício de 2015 e posteriores.

Os prazos para atualização e vinculação cadastral dos imóveis rurais são os seguintes: imóvel com área total acima de 1.000 hectares, de 17 de agosto a 30 de setembro de 2015; acima de 500 até 1.000 hectares, de 1º a 31 de outubro de 2015; acima de 250 até 500 hectares, de 3 de novembro a 31 de dezembro de 2015; acima de 100 até 250 hectares, de 4 de janeiro a 29 de abril de 2016; e acima de 50 até 100 hectares, de 2 de maio a 19 de agosto de 2016.

### *PORTAL*

O portal Cadastro Rural ([www.cadastrorural.gov.br](http://www.cadastrorural.gov.br)) foi criado pelo Incra e pela Receita para assegurar aos proprietários e possuidores de imóveis rurais o acesso a informações e a serviços relacionados ao cadastro rural.

Na primeira versão estão disponíveis os seguintes serviços: emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), Declaração para Cadastro Rural (DCR) para atualização cadastral no Incra, Declaração do Imposto Territorial Rural (DITR), Coletor Web do Cafir para atualização do imóvel na Receita e acesso ao Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) para certificação do georreferenciamento dos imóveis rurais.

---

### **Crônica da morte perpétua no campo. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Movimentos Sociais. 28/08/2015**

*A luta dos sem terras no Brasil é uma trágica crônica da morte. Mudaram os tempos, mas o cotidiano dessas populações não se alterou.*

Raimundo Rodrigues, de 54 anos, pai de seis filhos, conselheiro da Comunidade da Rebio de Gurupi, em Bom Jardim (MA), foi assassinado quando chegava em casa na tarde de terça-feira, dia 25. A esposa, Maria da Conceição Chaves Lima, também foi atingida e está hospitalizada em Açailândia. Raimundo já havia denunciado à Sociedade de Direitos Humanos do Maranhão que vinha sendo ameaçado pelo fazendeiro Jesus da Costa, que não aceitava a proibição de plantar na área da unidade de conservação, que é administrada pelo Instituto Chico Mendes. Ele já havia invadido as casa de 10 famílias que moram na reserva, depois colocou fogo junto com os pertences dos moradores. A Polícia Federal já prendeu dois suspeitos.

Até julho de 2015, a Comissão Pastoral da Terra – no Centro de Documentação dom Tomás Balduino – registrou 23 mortes de agricultores em terra e assentados, na maior parte dos casos, ocorridas em três estados – Rondônia, Pará e Maranhão. Somente uma morte aconteceu fora da Amazônia – um indígena Tupinambá, na Bahia.

#### *Paulo Justino morto após audiência pública*

Uma das causas apontada pela CPT é o acirramento dos conflitos após as obras das usinas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e de Belo Monte, no Pará.

“- O que mais preocupa em Rondônia é a espiral crescente de morte de sem terras por jagunços, a mando de latifundiários, com denúncias (reiteradas e não esclarecidas) do envolvimento de policiais e milícias armadas. Rondônia têm acampamentos à beira da estrada e conflitos sem solução há décadas”.

Um dos 11 assassinatos em Rondônia ocorreu no dia 15 de junho, quando era realizado o IV Congresso Nacional da CPT na capital, Porto Velho. Outras três mortes chamam a atenção: de Paulo Justino Pereira, conhecido como Carcará – dia 1º de maio – no distrito de Rio Pardo em Porto Velho – de Odilon Barbosa do Nascimento e Jander Borges Farias. Estas mortes aconteceram por um conflito criado na Floresta Nacional Bom Futuro – local onde morreu um policial da Força Nacional em 2014. Paulo Justino lutava para reassentar as famílias despejadas e, para isso, havia criado a Associação Vladimir Lênin. Ele foi assassinado na frente da Escola Municipal do Distrito de Rio Pardo, um dia depois de participar da audiência pública realizada em Porto Velho pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

#### *Terra homologada nas mãos do Gilmar Mendes*

No Pará, um dos 11 casos de mortes registradas pela CPT é de um trabalhador rural submetido ao trabalho escravo e que foi cobrar o pagamento do patrão. Recebeu um tiro no peito como pagamento. Enquanto isso, no município de Antônio João (MS) os indígenas Guarani e Kaiowá retomaram as terras – Nandeu Marangatu -, no dia 20 de agosto, hoje ocupadas por fazendeiros. Um grupo de 200 indígenas está acampado em oito fazendas, que originalmente compõem a terra deles. Um processo que se arrasta a 10 anos, desde que o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar aos fazendeiros. A terra já foi homologada, através de um decreto presidencial, que está suspenso. O governo federal não pagou as indenizações decorrentes. E agora o processo está nas mãos do ministro Gilmar Mendes, mato-grossense de Diamantino, conhecido por suas ligações históricas com o agronegócio.

Um clima de histeria domina àquela região. A fazendeira Luana Ruis Silva acusou o CIMI de incentivar as invasões e também atacou a CNBB:

“- Abomino esse braço demoníaco da Igreja Católica que é a CNBB”, disse ela.

O bispo de Dourado, Dom Redovino Rizzardo, gaúcho que está há 15 anos numa região onde vivem 35 mil indígenas e 70 mil agricultores, a maioria sulista, responde às acusações:

“- Não quero generalizar, a meu ver, quem semeia o ódio de classes entre a população

sul-mato-grossense não é o CIMI, mas pessoas que tendo em mãos o poder político e econômico envenenam os produtores rurais”.

#### *A morte de Zé Maria no Ceará*

No Ceará, a justiça estadual, no final de julho decidiu que os acusados do assassinato do líder comunitário e ambientalista, José Maria Filho, serão levados a júri popular. Um dos réus é João Teixeira Júnior, proprietário da Frutacor, uma das maiores exportadoras de frutas – produzidas no sistema agroquímico – do país. Outros são o gerente José Aldair Gomes Costa, que fez a ligação com o pistoleiro, e um morador da comunidade de Tomé, em Limoeiro do Norte, onde ocorreu o crime (em 21 de abril de 2010), que deu suporte assassino. Zé Maria, como era conhecido, denunciava a grilagem de terras, a poluição das águas e a pulverização aérea de veneno nas plantações de melão, manga e caju nas plantações comerciais da Chapada do Apodi. Foi morto com 20 tiros.

Tanto o pistoleiro, Westilly Hytler Raulino Maia, como outros dois moradores participantes morreram após o crime. Dois deles, incluindo o pistoleiro em ações da polícia militar e outro se suicidou.

A luta dos sem terras no Brasil, assim como aqueles que pregam ideias novas, contra o uso de agrotóxicos, a favor da agro ecologia, por uma produção livre de transgênicos, que acima de tudo usam a terra para viver e produzir de acordo com o ambiente é uma trágica crônica da morte. Mudaram os tempos, o país vive formalmente uma democracia há 30 anos, mas o cotidiano dessas populações não se alterou. No caso da Amazônia existe um sindicato do crime organizado, formado por madeireiros e grileiros, que mata qualquer trabalhador, assentado ou indígena que lutar contra o agronegócio. O objetivo desse sindicato do crime, muitas vezes associado com policiais, a mando de autoridades locais, é transformar a Amazônia numa imensa plantação de soja e criação de boi. A meta deles é dizimar, sem alternativa. Mesmo os dirigentes políticos do agronegócio, como o senador Blairo Maggi, pensam da mesma maneira. O governo federal investe quase R\$200 bilhões no agronegócio, basicamente soja, milho e algodão, transformando o país na referência mundial do uso de venenos e estes poderosos, como comentou o bispo de Dourados, tramam abertamente contra a democracia.

#### *Joaquim Barbosa em Rondonópolis – R\$100 mil*

Eles são contra a reforma agrária e qualquer outra iniciativa que saia da receita traçada por transnacionais – transgênicos e venenos. A Amazônia, como é um rincão distante de Brasília, convive diariamente com esta situação. O movimento das grandes obras, que vai ainda se acirrar mais com a abertura do rio Tapajós para três novas usinas hidrelétricas, só potencializa o horror que é esta crônica da morte perpétua. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal, em Bom Jardim, onde Raimundo Rodrigues vivia e lutava para dar um futuro melhor aos seis filhos e a sua comunidade, cassava a prefeita Lidiane Leite da Silva, de 25 anos, eleita pelo PRB, por desvios de dinheiro público na construção de escolas e na merenda escolar, entre outras coisas.

Lidiane aparecia nas redes sociais com o figurino de gatinha de academia e dizia que agora poderia gastar o que quisesse porque “estava sobrando”. Já na capital do agronegócio, em Rondonópolis (MT), uma figura muito conhecida, o ex-ministro Joaquim Barbosa, abria a Vitrine Agropec, na 43ª Exposul, onde se reúne a nata do

agronegócio brasileiro. Uma palestra sobre “as instituições do Estado democrático de direito em tempos de crise” com a presença de 800 pessoas, sendo 250 convites reservados aos patrocinadores – o site Rdnews, de Rondonópolis publicou que os promotores não informaram o valor da palestra, mas que nos bastidores a cifra citada era de R\$100 mil. Pior, comentou outro jornalista de Cuiabá, Mário Marques, em sua coluna no site Página Única é que Joaquim Barbosa não deu abertura para conversar e os poderosos do agronegócio ficaram muito contrariados, afinal pagaram tanto – por 40 minutos de palestra- e Barbosa chegou com uma cara de quem comeu e não gostou e saiu do mesmo jeito.

---

**Artigo: Reestruturação do Incra e política de Estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/08/2015**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária completou 45 anos de existência no dia 9 de julho deste ano. Livros publicados por funcionários experientes, do Vale do Gurueia no Piauí ao recente desenvolvimento do Acre, que viveram diversas fases de ocupação do território nacional, especialmente o semiárido, o cerrado e a floresta amazônica, contam com simplicidade, mas com riqueza de detalhes os conflitos políticos, jurídicos e humanos vividos pelos brasileiros que asseguraram à nossa pátria a soberania sobre o ativo terra.

Quero homenagear os homens e mulheres que enfrentaram grileiros e pistoleiros, malária, condições duras de trabalho e de vida nos rincões do nosso país, para executar a política de Estado para a governança da terra brasileira.

O Incra foi criado para ordenar e regularizar a posse da terra para os bons cidadãos que produzem riqueza, e para garantir a terra aos trabalhadores rurais desterritorializados e marginalizados. Incra e cidadania, riqueza e reforma agrária deveriam sempre andar de mãos dadas. Por que isso não é compreendido assim pela metrópole e sua urbanidade? Basta uma seca no Sudeste ou uma greve de caminhoneiros para que todos percebam a importância de gestão do território, como mostra a pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre as Regiões de Influência das Cidades brasileiras (REGIC).

As mudanças climáticas estão gerando investimentos preventivos em muitos países nos campos hídrico (gestão das águas) e alimentar (cadeias logísticas de abastecimento). O Brasil é um gigante com potencial para atender às suas necessidades e de muitos povos irmãos. Qual modelo agrário nos dá maior segurança alimentar, hídrica e energética?

Ao lado do trabalho e do capital, a forma de uso e ocupação da terra de um país depende sobre seu grau de desenvolvimento. Cidadãos urbanos, às vezes esquecemos que da terra vem a segurança da alimentação saudável (ou não), a segurança hídrica (ou a destruição dos corpos d'água), e boa parte da segurança energética pelas fontes renováveis em qualquer escala. Quanto mais avançada a tecnologia produtiva - e nosso grande patrimônio de pesquisa sobre o complexo agroindustrial que é a Embrapa comprova a tese nos sistemas agroflorestais, por exemplo - maior a diversidade produtiva e maior a renda gerada. Quanto mais desenvolvidos os sistemas urbanos integrados ao campo, mais sustentáveis são as cidades e melhor distribuída a população

e a renda no território. Latifúndio improdutivo ou fazendas com trabalho escravo, destruição de florestas, monocultura, agrotóxicos, concentração metropolitana e concentração da renda são comprovantes do subdesenvolvimento e de quanto ainda temos de evoluir em nosso país. E, ao contrário do que a medição do Censo Demográfico mostra ao contar o local de residência, ao analisarmos os fluxos de pessoas, mercadorias e informação, cerca de 37% dos brasileiros vivem em sistemas rurais, o que inclui cidades de médio e pequeno portes.

O Incra é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe a ela, constitucionalmente, o controle georreferenciado sobre o solo da pátria, evitando a perda da soberania pela venda descontrolada de terras ao capital estrangeiro, exercer a governança fundiária evitando latifúndios e minifúndios, bem como fazer retornar à produção os camponeses e trabalhadores rurais sem terra.

Nos dias de hoje, ao contrário da época da colonização militar, precisamos observar a questão ambiental, as comunidades e povos tradicionais, e apoiar o reassentamento dos atingidos por barragens e outras grandes obras públicas. Além de manter o Cadastro dos Imóveis Rurais, precisamos fiscalizar a função social da propriedade. Na Constituição pátria, conforme os Artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso III e 186, a função social da propriedade se define pela capacidade produtiva (evitar usar a terra como reserva de valor), pelas leis trabalhistas (trabalho escravo não pode atribuir capacidade produtiva a uma propriedade, pelo menos não em um país democrático e não escravista) e pelo bem-estar dos habitantes do seu entorno.

Como assumi a Presidência do Incra em 30 de março de 2015, ainda estou, ao lado da Diretoria Colegiada e de todos os servidores, colocando em operação uma estratégia de modernização da Autarquia que abrange:

a) a questão tecnológica, com a integração das bases de dados dos diversos cadastros (terras e beneficiários da reforma agrária), uso de sensoriamento remoto para fins de regularização e fiscalização fundiária, automação dos processos para redução de prazos e autoatendimento online. Para tanto, estamos contando com parcerias de uma rede de pesquisas de Universidades Federais, com o Ministério da Defesa e com captação de recursos para investimentos via Fundo Amazônia/Ministério do Meio Ambiente e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

b) a questão normativa, com revisão do Regimento Interno, estrutura gerencial e procedimentos operacionais que se adequem à automação e ao planejamento de regiões rurais, e não imóveis isolados, como vem sendo considerados até aqui. Nesse aspecto se insere a edição da Instrução Normativa 83, de 30/07/2015, publicada no Diário Oficial da União em 06/08/2015, que orienta os cerca de mil agrônomos Peritos Federais Agrário do Incra a adotar estudos produtivos territoriais na avaliação de imóveis, além dos aspectos agrônômicos tradicionais, permitindo assim atualizar de forma consistente com os mercados de terra locais os preços da terra nua, base de cálculo das indenizações pelas desapropriações ou aquisições de terras para fins de reforma agrária;

c) resgatar o papel arrecadador do Incra, com cobranças de taxas por serviços e certificados emitidos, fiscalização de uso da terra para fins de apuração do Imposto Territorial Rural (ITR) e parcerias diversas com a Receita Federal do Brasil, sendo esse

papel extremamente relevante num cenário de austeridade fiscal em que vive nosso país, e uma contribuição do Incra e do MDA ao nosso Governo no esforço fiscal em curso;

d) fazer convergir as políticas agrária e agrícola, dando novo impulso à industrialização em escala familiar e cooperativista nos territórios de reforma agrária, elevando a renda das famílias, trazendo às novas gerações oportunidades de empregos e formação tecnológica na indústria e serviços, e também dessa forma contribuindo para a retomada do desenvolvimento através do estímulo à produção e comercialização de bens de capital para as cooperativas e fábricas que serão implantadas com apoio do MDA entre 2015 e 2018. Para tanto, contamos com parcerias com a Fiocruz, Universidades, Embrapa, Bancos Públicos, Cooperativas de Produção e de Crédito e Governos Estaduais, à semelhança da experiência do Acre em que uma rede de cooperativas de assentados e agricultores familiares daquele Estado, atuam de forma integrada à duas unidades de beneficiamento da produção de peixe e castanha do Brasil, respectivamente;

e) democratização da gestão, através do diálogo permanente com os diversos movimentos sociais, servidores e seus Sindicatos, Conselhos e Academia, que nos apoia na rede Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Finalmente, com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União (CGU), estamos implantando uma nova Auditoria Interna, uma Corregedoria e uma Ouvidoria para que, ao lado da tecnologia da informação, os procedimentos internos sejam melhor controlados e as ilicitudes identificadas e coibidas no nascedouro.

Assim, presto esclarecimentos à sociedade brasileira, resumidamente, sobre os esforços de gestão do Incra no Governo da Presidenta Dilma Rousseff e declaro que uma Autarquia com tão nobre missão será, sem dúvida, motivo de orgulho e esperança para os que acreditam no desenvolvimento nacional com paz no campo e justiça social.

---

### **Incra recebe posse do 1º território quilombola em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/08/2015**

Para a comunidade Quilombola Tomás Cardoso, 1º de setembro de 2015 representará uma data histórica. Neste dia, às 13h, a Superintendência do Incra em Goiás realizará o ato de imissão na posse do imóvel rural Bocaina do Passa Três/ Canoas, localizado nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo destino - microrregião de Ceres.

Na ocasião, será entregue o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CDRU) a 41 famílias quilombolas. O superintendente do Incra/GO, Jorge Jatobá Correia, explica que será a primeira regularização de um território quilombola da Superintendência Regional de Goiás. “Atualmente, há 13 processos de regularização em andamento”, complementa.

#### *Justiça histórica*

A comunidade tem o nome de Tomás Cardoso em homenagem ao patriarca que fundou uma das principais famílias que hoje constituem o grupo. Suas reivindicações territoriais se relacionam fortemente com o processo de constituição das fazendas



modernas capitalistas desencadeado no final do século XX, responsável pelo rearranjo das relações sociais e produtivas que culminaram com a expulsão de várias famílias quilombolas de seus territórios.

Todas as famílias que serão beneficiadas foram identificadas no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado em 2011 pelo Incra. Tal estudo demonstra a história e os motivos que levaram os descendentes a reivindicarem a área da fazenda como território legítimo.

Muitas famílias estão, atualmente, residindo no município de Goianésia. De acordo com a presidente da Associação Remanescente de Quilombos, Adelina Borges das Chagas, o clima entre todos é de ansiedade para retornar ao território e iniciar o plantio de alimentos, a criação de animais e as práticas de artesanato. “Tudo agora é motivo para que resgatem nossa cultura negra”, diz.

#### *Sobre o imóvel*

O imóvel de 1.940,8400 hectares está localizado nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, ambos situados na região do Vale São Patrício. O município de Barro Alto possui 1.093,248 km<sup>2</sup> de extensão e população aproximada 8.716 habitantes. Já o município de Santa Rita do Novo Destino tem área de 956,041 km<sup>2</sup> e 3.173 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A sede do imóvel está distante 247 km de Goiânia e situada a 190 km de Brasília.

#### *Processo de Regularização*

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. Ao final do processo, é concedido um título coletivo de propriedade à comunidade em nome da associação dos moradores da área e feito seu registro no cartório de imóveis.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**  
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Secretária**  
Diva de Faria